
**A IMPORTÂNCIA DA PLURALIDADE POR MEIO DA DIVERSIFICAÇÃO DE
CONTEÚDOS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**

**THE IMPORTANCE OF PLURALITY THROUGH DIVERSIFICATION OF CONTENTS
IN PHYSICAL SCHOOL EDUCATION**

Autores: NUNES, T. P.¹; PERFEITO, R. S.²; CHAME, F.³

Instituições/Formação dos autores: 1 Professor de Educação física; 2 Mestre em Ciências da Atividade Física filiado ao Instituto Fisart; 3 Professor do Instituto de Educação Física e Desportos da UERJ.

Resumo: A Educação Física enquanto componente da educação básica passa por uma série de questionamentos e críticas perante sua presença como disciplina curricular. Atualmente, encontra-se em um cenário no qual é pouco valorizada, seja por discentes, docentes e instituições educacionais devido às estratégias de ensino equivocadas, como a de utilizar o esporte como conteúdo hegemônico. Assim, o objetivo deste trabalho é o de verificar se a literatura adotada confirma que o esporte é conteúdo hegemônico da Educação Física Escolar. Assim como, se existe uma vinculação dos demais conteúdos da disciplina como menos importantes. Para tanto, optamos por uma revisão de literatura contendo 5 tópicos: a) fins da educação: objetivos educacionais e os objetivos da Educação Física, b) o esporte na escola, c) esporte de rendimento na Educação Física Escolar, d) iniciação desportiva na escola e e) a importância da Educação Física Escolar Plural e a diversificação de conteúdo, visando discutir a hegemonia do esporte e as principais tendências da Educação Física Escolar na atualidade. Em considerações finais, constatou-se que o esporte é tido como conteúdo hegemônico e que esta primazia compromete os fins educacionais, além de contribuir para o desinteresse do discente quanto à prática das aulas.

Palavras-Chave: Educação Física Escolar. Esporte. Educação.

Abstract: Physical Education as a component of basic education goes through a series of questions and criticisms regarding its presence as a curricular discipline. Currently, it is a scenario where it is undervalued, either by students, teachers and educational institutions because of wrong teaching strategies, such as sport as a hegemonic content. Thus, the objective of this work is to verify if the adopted literature confirms sport as a hegemonic content of Physical School Education. As well, if there is a linkage

of the other contents of the discipline as less important. To do so, we have chosen a literature review containing 5 topics: a) educational purposes: educational goals and objectives of Physical Education, b) sports in school, c) sports performance in School Physical Education, d) sports initiation in school and e) the importance of Plural Physical Education and the diversification of contents, aiming to discuss the hegemony of sport and the main trends of School Physical Education in the present time. In final considerations, it was verified that sport is considered as hegemonic content and that this primacy compromises the educational purposes, besides contributing to the disinterest of the student about practice on classes.

Keywords: Physical Education. Sport. Education.

Introdução

A Educação, sob a ótica de Kant (1974), deve ser um ato consciente, atribuído de fora, e com o intuito de formar um cidadão ou ser humano. Sendo intencional e externa, é desempenhada, em um primeiro momento, pelos que antecedem a escola, como a família. Para Rodrigues (2001), em segundo momento e já na escola, educar compreende acionar os meios intelectuais de cada educando, objetivando que o mesmo seja capaz de assumir o pleno uso de suas potencialidades físicas, intelectuais e morais, conduzindo continuamente sua própria formação. Objetivos esses, que só são capazes de se alcançar com uma educação democrática e participativa, como sugerem Sarmiento e Alves (2016).

Nesse escopo, a Educação é condição para que o indivíduo se construa como sujeito livre e independente, uma vez que possibilita a aquisição da capacidade de conduzir o seu próprio processo formativo e comportamental diante das imposições e regras da sociedade.

A Educação Física para Bracht (2000) também tem a possibilidade de alcançar o propósito acima, pois como disciplina formadora de opinião, deve assumir a responsabilidade de proporcionar aos cidadãos a reflexão crítica diante das novas formas da cultura corporal, do movimento, do esporte espetáculo, dos meios de comunicação, das atividades em academias, das práticas alternativas, entre outros. Vale a observação de que quando nos referimos a Educação Física, na verdade estamos retratando o trabalho do professor de Educação Física, uma vez que a profissão é influenciada, moldada e só existe pelo trabalho realizado pelos profissionais que a representa.

Guedes *et al.* (2017) possuem uma opinião parecida com a de Bracht (2002) e relatam que o professor de Educação Física deve compreender o processo de Educação para que seja possível estimular e desenvolver de modo global os alunos que se inserem na prática de atividades corporais.

Betti (1992) complementa que enquanto componente curricular da Educação Básica deve assumir a tarefa de introduzir e integrar o aluno na cultura corporal do movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o para usufruir do jogo, do esporte,

das atividades rítmicas e da dança, das ginásticas e práticas de aptidão física em benefício da qualidade de vida. Essa integração possibilitará o usufruto da cultura corporal auxiliando no desenvolvimento afetivo, social, cognitivo e motor.

Diante dos objetivos educacionais apontados acima, surge uma problemática de estudo: o esporte de rendimento ou como ferramenta pedagógica sendo utilizado de maneira hegemônica nas aulas de Educação Física Escolar permite a diversidade de estímulos advindos de outras vivências?

Lucena (2004) avança relatando que o esporte está no centro das discussões pedagógicas na Educação Física. Algumas razões para tanto são: o esporte tornou-se a expressão hegemônica da cultura de movimento no mundo moderno; uma das bases da legitimação social do sistema esportivo era a sua alegada contribuição para a educação e a saúde; o esporte é o conteúdo dominante do ensino da Educação Física; e o sistema esportivo vê na escola uma importante instância contribuinte para o seu desenvolvimento, sendo uma de suas bases.

Faz-se importante outra ressalva, pois o que será discutido é a falta de diversidade de estímulos e vivências nas aulas, e não se o esporte é importante ou não, pois entendemos que o mesmo é uma grande ferramenta no processo Ensino/Aprendizagem.

Em concordância ao que Lucena (2004) expõe os Parâmetros Curriculares Nacionais ou simplesmente PCNs, publicado em 1997 (BRASIL, 1997), negativa a hegemonia esportiva nas aulas de Educação Física explanando que as mesmas devem ser plurais, ou seja, abarcar todos os conteúdos da chamada cultura corporal, como: jogos, esportes, danças, ginásticas e lutas. De modo coerente, seu objetivo não é a aptidão física dos alunos, nem a busca de um melhor rendimento esportivo. Os elementos da cultura corporal serão tratados como conhecimentos a serem sistematizados e reconstruídos pelos discentes. Portanto, esclarecendo que o esporte ou qualquer outra atividade não deve ser adotado como elemento isolado ao alcançar do objetivo educacional.

Nesta trama, a Educação Física enquanto componente da Educação Básica passa por uma série de questionamentos e críticas diante de sua importância como disciplina curricular, já que por descuidos como o presente na problemática, encontra-se num cenário no qual é pouco valorizada em ambiente acadêmico, tanto pelos alunos, quanto pelos docentes e instituições de ensino.

Motivados por nossas experiências práticas na Educação Básica por meio de estágios obrigatórios e não-obrigatórios de observação, coparticipação e ministrando aulas, exigidos ao longo da graduação em Licenciatura da Educação Física e respaldados pela revisão teórica, buscamos averiguar o que os estudos discorrem sobre o tema, uma vez que a hegemonização do esporte nas aulas pode causar implicações importantes no processo de Ensino/Aprendizagem, como o desinteresse por parte dos alunos.

Para tanto, o objetivo do presente estudo é o de verificar se a literatura adotada confirma que o esporte é conteúdo hegemônico da Educação Física Escolar. Assim como, se existe uma vinculação dos demais conteúdos da disciplina como menos importantes.

A pesquisa se justifica pela atual existência de materiais teóricos que apontam para uma esportivização da Educação Física Escolar. Além disso, o evento carece de ser analisado de maneira

mais reflexiva e científica para um possível redirecionamento da disciplina enquanto componente curricular, permitindo o alcançar dos fins educacionais, ou ainda, da própria Educação Física, além de minimizar, como aponta a revisão teórica, o possível cenário de desinteresse nas aulas por parte dos alunos.

Sua relevância acadêmica consiste na soma com outros trabalhos de abordagem semelhante, refletindo na possibilidade de olhares mais atentos frente às informações sugeridas pelos PCNs e achados teóricos e práticos construídos ou estimulados pela experiência profissional. Quanto à relevância social, possibilitará sugestões para a melhora ou discussão consciente do conteúdo abordado nas aulas, ressignificando o processo de Ensino, que influenciará a construção de comportamentos na sociedade no que tange a formação de um cidadão.

Metodologia

Metodologicamente, este trabalho se constitui numa pesquisa de revisão de literatura realizada entre 15 de dezembro de 2012 e 14 de setembro de 2017, para identificar na literatura especializada as principais tendências sobre a abordagem do esporte e dos demais conteúdos da Educação Física Escolar recomendados pelos PCNs.

Foram utilizados os bancos de dados: Capes, Google Acadêmico, INEP Mec e Scielo com as palavras chaves: conteúdos da Educação Física Escolar; Educação Física; Esporte na escola; Parâmetros Curriculares Nacionais. Além de artigos e livros de biblioteca pessoal.

O critério de inclusão e exclusão dos foi a leitura de resumo e introdução para verificar se o conteúdo era adequado aos objetivos da pesquisa. Assim, os que não apresentavam tal característica foram retirados do referencial teórico. Após seleção dos textos, os mesmos foram confrontados entre si e com os PCNs permitindo a construção do trabalho de maneira reflexiva e crítica.

Fins da educação: objetivos educacionais e os objetivos da educação física

Para uma melhor compreensão do tema a ser desenvolvido no presente trabalho, faz-se necessário uma definição mais precisa de conceitos e finalidades em torno da Educação como prática formativa de um cidadão e da Educação Física, foco principal desse documento.

Educar, em termo simples e direto, implica extrair do indivíduo o que o confina nos limites da natureza e oferecer-lhe uma nova conformação, formato esse que o auxiliará no acesso de aspectos complexos da vida social (ADORNO, 1995).

Nesse sentido, a Educação, entendida como o processo de formação humana, atua sobre os meios para a reprodução e condução dos comportamentos, permitindo uma percepção mais clara e prática do viver, assim como: coopera para entender a aptidão do homem para olhar, perceber e compreender as coisas, reconhecer a percepção do outro, construir sua própria identidade, distinguir as semelhanças e diferenças entre si e o mundo das coisas, e, entre si e os sujeitos (RODRIGUES, 2000).

Em outras palavras, a Educação permite que o discente construa um Imaginário Social por meio de ideais, emoções, culturas, entre outros, que irão incidir diretamente e simbolicamente no como reconhece o outro e a si mesmo na trama da vida (PERFEITO, 2011a).

Considera-se objetivo supremo na modernidade, a preparação dos indivíduos para o “exercício da cidadania”. Este fim, proclamado nas entrelinhas do denominado *Relatório Condorcet*, aprovado na Assembléia Francesa em 1792, se encontra reafirmado como princípio da Educação brasileira nos termos do artigo 205 da atual Constituição no artigo 22 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e de modo semelhante ou aproximado, em outros textos legais e normativos da Educação brasileira (RODRIGUES, 2001).

O mesmo autor expõe ainda que o vocábulo cidadania recebe sua definição influenciado pelo conjunto semântico que a expressão “exercício da cidadania” carrega. O texto constitucional sugere que o conceito de cidadania resulta de uma função social, ou seja, a prática da cidadania, aonde o seu significado emerge. Similar a todo conteúdo semântico, só é plenamente compreendido na relação com a vida social. Nesse pensamento, é o ato concreto do exercício da cidadania que dá sentido ao termo cidadão. Portanto, cidadania é um atributo aplicado ao cidadão, e, mais importante ainda: recebe sua legitimidade na ação educativa.

Para Betti (2002), a Educação cumpre esse papel ao dotar os educandos dos instrumentos que lhes são necessários e pertinentes. Esses mecanismos são postos em evidência quando descritos os meios educacionais que possibilitarão que todos os indivíduos cidadãos deles se apossam, como: organização e distribuição de conhecimentos e habilidades disponíveis em certo momento histórico, preparação para o trabalho, acesso ao desenvolvimento tecnológico, além da participação crítica na vida política.

Perfeito (2011b) exemplifica que o jogo é uma ótima ferramenta para auxiliar o alcançar de tais objetivos nas aulas de Educação Física Escolar, pois simula em ambiente acadêmico diversas necessidades e exigências da sociedade pós escola, como as regras, trabalho em equipe, planejamento e percepção das repercussões que os comportamentos ocasionam na convivência com o outro.

Correlacionando as ideias de Rodrigues (2001), Betti (2002) e Perfeito (2011b), o raciocínio a cerca do tema é conduzido para o labirinto conceitual do que se deve entender por cidadania, já que existe uma inseparável relação entre os elementos: educação e cidadania.

Em suma, pode-se reconhecer que ação educativa é um processo regular desenvolvido em todas as sociedades humanas, que tem por objetivos preparar os indivíduos para assumirem papéis sociais relacionados à vida coletiva, à reprodução das condições de existência, ao comportamento justo na vida pública e ao uso adequado e responsável de conhecimentos e habilidades disponíveis no tempo e nos espaços onde a vida dos indivíduos se realiza. Ao redor desses aspectos, se desdobra o conjunto das ações educativas a ser desempenhado pelos sujeitos e instituições educadoras, entre eles, a escola (LUDKE, 1992).

O exercício da cidadania compreende duas ações interdependentes. A primeira refere-se à participação lúcida dos indivíduos em todos os aspectos da organização e da condução da vida privada e

coletiva; e a segunda, à capacidade que estes indivíduos adquirem para operar escolhas. Ambos os aspectos caracterizam o sujeito identificável como cidadão. O exercício da cidadania pressupõe a liberdade, a autonomia e a responsabilidade. Seria quase um dever dos cidadãos participar na organização da vida social, pois é esta que assegura o exercício da liberdade e da responsabilidade (RODRIGUES, 2001).

Em contrapartida, em ponderações de Betti (2002), esta fala pode significar que a prática da cidadania, deve demolir todas as interdições à construção de espaços de liberdade à ação dos cidadãos. Tais espaços são os lócus onde o cidadão erige o seu modo de ser e de se expressar. As pessoas, munidas dos instrumentos da cidadania, tornam-se construtores de formas organizativas e de ação na vida pública. Essa forma de organização social e de ação política denomina-se democracia.

Concluídas as conceituações em torno da Educação e um maior esclarecimento sobre seus objetivos, faz-se necessário também uma definição mais detalhada sobre as finalidades da Educação Física enquanto componente curricular da Educação Básica.

Nas palavras de Castellani (1988), Educação Física é uma expressão que surge no século XVIII em obras de filósofos preocupados com a Educação. A formação da criança e do jovem passa a ser concebida como um ensino integral: corpo, mente e espírito em prol do desenvolvimento pleno da personalidade. Nesse contexto, a Educação Física vem somar-se à instrução intelectual e moral. Essa adjetivação da palavra Educação demonstra uma visão ainda fragmentada do homem.

Prosseguindo no que diz respeito aos objetivos, Caparroz (1996), afirma que sua tarefa é preparar o aluno para ser um praticante lúcido e ativo, que incorpore o esporte e os demais componentes da cultura corporal em sua vida para deles tirar o melhor proveito possível. Tal ato implica também compreender a organização institucional da cultura corporal em nossa sociedade; durante as aulas é necessário instrumentalizar o discente para uma apreciação estética e técnica, fornecer as informações políticas, históricas e sociais para que possa analisar criticamente a violência, o *doping*, os interesses políticos e econômicos no esporte e na sociedade.

Somando as ideias dos diferentes autores, chega-se a premissa em que a médio e longo prazo, a Educação Física deve possibilitar ao aluno a descoberta de motivos e sentidos nas práticas corporais, além de favorecer o desenvolvimento de atitudes positivas, para que com elas, ocorra a aprendizagem de comportamentos adequados a prática social. É possível também, proporcionar o conhecimento, compreensão e análise de seu intelecto, apresentar-lhe dados científicos e filosóficos relacionados à cultura corporal de movimento e de sociedade, entre outros.

Para alcançar esses objetivos, o professor deve auxiliar o educando a compreender o seu sentir e o seu relacionar-se na esfera da cultura corporal. Em outras palavras, o docente deve orientar a disciplina de forma progressiva e cuidadosa, a fim de conduzir o discente a uma reflexão crítica que o leve à autonomia e cidadania (BETTI, 1992).

Como explicam Halabe *et al.* (2016) ser professor de Educação Física não é uma tarefa fácil. É preciso refletir e ressignificar sua prática constantemente para aprimorar sua atuação e proporcionar uma aprendizagem de excelência para os discentes.

O esporte na escola

A Educação Física tem no movimento tanto um meio quanto um fim para atingir seu objetivo educacional dentro do contexto escolar. O movimento corporal pode ser entendido como uma ação que se manifesta através do jogo, esporte, dança, lutas, ginástica, entre outros. No entanto, mesmo com tantas possibilidades, em alguns casos, a escola assumiu o ensino do esporte praticamente como única estratégia de ensino. E esta é uma constatação fácil de ser percebida em toda instituição escolar, tenha ela ou não, estrutura para tal (BETTI, 1999).

Bracht (2002) complementa inferindo que apesar de existir um amplo leque de intuítos, como o desenvolvimento do sentimento de grupo e cooperação, o objetivo da escola é tão somente a aprendizagem do esporte, ficando a ginástica e a corrida, por exemplo, como simples aquecimento, além dos jogos populares terem sido transformados em jogos pré-desportivos.

O esporte passou a ser, portanto, o conteúdo hegemônico da Educação Física. Sentidos tais como o expressivo, o criativo e o comunicativo, que se manifestam em outras atividades, não são explorados quanto conteúdo escolar (KUNZ, 1999).

A esportivização inicia-se na década de 1950, com o Método Desportivo Generalizado, atingindo seu auge a partir da década de 1970, quando o binômio mais utilizado era Educação Física/Esportes, chegando o governo a subordinar a Educação Física Escolar ao esporte (BETTI, 1999).

De acordo com Kunz (1999), esquece-se que o esporte não é um fenômeno natural e sim, fruto da sociedade industrial moderna, reproduzindo o proposto no tocante às ideologias e à imagem de cidadão. Sendo repassado nas escolas, é aceito como um saber inquestionável e evidente, sem transformações didáticas que o possam problematizar, tornando o indivíduo autônomo e capaz de competência social, um ser sujeito a sua ação.

Os códigos do esporte, tais como o rendimento atlético desportivo, a competição, comparação de rendimentos e recordes, regulamentação rígida, sucesso esportivo e sinônimo de vitória, racionalização de meios e técnicas, são utilizados pela Educação Física Escolar, e condicionam-se mutuamente, revogando a escola por desempenhar o papel de fornecer a “base” de uma pirâmide para o esporte de rendimento. O professor passa a professor-treinador, e o aluno a aluno-atleta, uma vez que falta uma definição do papel do docente nessa representação (BRACHT, 2002).

Belbenoit (1976) acredita que o esporte é capaz de melhorar o hábito, a necessidade e a vontade de viver sadiamente, sendo formas ricas de nossa modernidade, enfatizando que a finalidade do esporte é outra e não a educação. Apesar de se remeter ao esporte alguns objetivos tais como a saúde, a moral e o valor educativo, não o será, a menos que um professor faça dele um objeto e um meio de Educação.

Esta ideia é reforçada por Rodrigues (2000), pois em seus termos, o aprendizado dos esportes restringir-se ao processo ensino-aprendizagem de técnicas, gestos automatizados, em que somente o professor as conhece e domina, ou seja, seus sentidos e significados são compreendidos somente pelo

professor e ao aluno cabe executá-las da melhor forma, não sendo possível um questionamento sobre a prática, estratégia ao qual parece natural hoje em dia. Justamente contrariando o que Andrade e Perfeito (2012) e Perfeito (2012) relatam como sendo uma nova ressignificação do processo Ensino/Aprendizagem, em que o aluno participa ativamente das aulas por meio de ferramentas agradáveis e de seu cotidiano, como a tecnologia, tornando o aprender agradável e reconhecível.

Ainda segundo Rodrigues (2000), isto não quer dizer que se queira negar totalmente o esporte, mas sim, levantar questões sobre sua orientação no sentido dos princípios do rendimento, concorrência e sua hegemonia, que selecionam os melhores, classificando e relegam os mais fracos, formando o que Perfeito (2011a) chama de grupos estigmatizados. Diante disso, há a necessidade de mudanças acionais tanto na prática quanto nas referências teóricas adotadas nestes casos.

A transformação didática dos esportes visa, especialmente, que a totalidade dos alunos possa participar em igualdade de condições, com prazer e com sucesso, na realização destes esportes (KUNZ, 1999). Como diz Porcher (1977), simplesmente aumentar ou diminuir o número de horas dedicadas ao esporte, não o tornarão necessariamente educativo. É preciso aceitar que o mesmo se tornou um fenômeno social massivo devido à mídia, ao mundo dos negócios, aos periódicos especializados, entre outros. O esporte exerce um papel social e, por outro lado, é constituído pela atividade física pura se não trabalhado pelo educador como ferramenta de ensino.

Portanto, a função do professor é a de promover o entendimento dos vários sentidos que as diversas atividades possam construir, assim como: a resolução de conflitos que possam surgir, a compreensão e até alteração das regras. É preciso aprender a discutir o que acontece no esporte, como por exemplo, a questão política dos boicotes olímpicos, os ídolos, o *doping*, reações ao sucesso e insucesso, e não simplesmente negá-los (BRASIL, 1997).

Falta aos educadores adquirir uma nova didática de ensinar o esporte, abordando a teoria (cognitiva, social e cultural) juntamente com a prática. Mas carece ainda de outro tipo de mudança, que é a introdução e inserção nas aulas dos demais conteúdos da Educação Física Escolar. Existe certa resistência dos professores face às novas propostas de ensino. O mesmo parece acontecer com a escolha do que será oferecido como conteúdo durante um ano letivo. Geralmente são as mesmas modalidades esportivas, repetida para todos os alunos, independente da faixa etária, ecoando ano após ano sem alterações (DARIDO, 2002).

A crítica de Darido em 2002, cabe em dias atuais, como podemos perceber no estudo a seguir. Com o objetivo de analisar quais estratégias e estilos de ensino os professores de Educação Física utilizam para ensinar os conteúdos esportivos para turmas do 6º ao 9º ano, Freire Júnior, Maldonado e Silva (2017) analisaram as estratégias de 10 professores de 8 escolas municipais e perceberam que os estilos de ensino mais utilizados são no formato de Comando e Tarefa. Perceberam também por meio dos discursos que os professores utilizam estratégias de mera reprodução para ensinar os conteúdos esportivos aos seus alunos.

Muitos podem ser os motivos para essa perpetuação dos esportes como conteúdo hegemônico da Educação Física Escolar. Talvez o receio de mudar ocorra pela insegurança em relação a conteúdos

que não dominam, e desta forma, trabalham com o que possuem mais afinidade. Ou por acreditarem que a escola não possui espaço e material apropriado, ou ainda, por acharem que os alunos não gostariam de aprender outros conteúdos. O ponto de partida para essa mudança passa pelo educador, que deve se aparelhar de informações em conteúdos que não domine e buscar proporcionar aos alunos diferentes experiências e manifestações de cultura corporal (BETTI, 1998).

Em suma, cabe a toda instituição de ensino e em específico ao professor de Educação Física, planejar e iniciar o processo de mudança. Sua conduta é modelo de cópia e tem a possibilidade de modificar ou não os rumos da profissão e de toda uma sociedade. Esses mesmos procedimentos é que proporcionarão um crescimento contínuo da Educação Física enquanto disciplina curricular.

Esporte de rendimento na Educação Física Escolar

O assunto é extremamente controverso, e como tal, se faz necessária uma discussão a fim de enriquecer, contribuir e elucidar o assunto perante os conflitos contidos na literatura e na conduta profissional do professor.

Após períodos sem contestações, Silva (1996) numa perspectiva bem genérica, diz que o esporte de rendimento enquanto elemento da Educação Física Escolar, foi posto sob suspeita a partir das teorias da reprodução desenvolvidas nos âmbitos da Sociologia e da Educação (entendida como Pedagogia). Os debates ocorriam, pois para estas disciplinas existia uma atividade com um olhar que enfatizava o papel conservador do sistema educacional pertencente às sociedades capitalistas.

Nestas linhas, a Educação Física Escolar ao fazer do *esporte de rendimento* seu objeto de ensino, mesmo que num futuro possa ser a incubadora para novos talentos, fomentava um tipo de educação que colaborava para que os indivíduos inconscientemente reproduzissem valores e normas comportamentais pré-programadas e manuseadas pelo poder dos agentes já instalados no Estado, sem que houvesse o estímulo de questionamentos para com o sistema societal.

Além dos pontos educacionais negativos, existem os positivos, já que segundo Bracht (2002), o esporte de rendimento apresenta em sua estrutura interna, os mesmos elementos que atribuem forma as relações sociais de nossa sociedade, como: forte orientação no rendimento e na competição, seletividade via concorrência e igualdade formal perante as leis ou regras, favorecendo o preparo para a cidadania. Fato parecido e discutido por Perfeito (2011b) se revela nos jogos, que produzem um imaginário representativo de vida, como a igualdade nas regras e necessidade de alcançar alguns objetivos em cooperação com o outro, reproduzindo em um ambiente menor (Escola), um ambiente maior (Sociedade em geral). Bracht (2002) volta a ressaltar que os esportes de rendimento colaboraram para o desenvolvimento de uma visão crítica do esporte, como faz a Sociologia crítica do esporte, que ganha enorme impulso nas décadas de 1970 e 1980.

No entanto, os mesmos benefícios alcançados por meio do esporte de rendimento podem ser alcançados, como exemplificou Perfeito (2011b), com outras ferramentas que permitem uma aula ao mesmo nível ou mais próxima aos preceitos educacionais. Este e outros fatos levaram as linhas críticas

da Educação Física Escolar, nascentes naquele momento, a repensar a relação que a mesma deveria ter com o esporte de rendimento.

Importante dizer que o esporte de rendimento, enquanto fenômeno cultural foi assimilado pela Educação Física Escolar, inicialmente, sem que isto modificasse a visão hegemônica de sua função social (desenvolvimento da aptidão física e do caráter), mas, paulatinamente, os papéis se inverteram já que o primeiro em determinado momento se impõe ao segundo.

Ou seja, instrumentaliza-a para o alcançar de objetivos que são definidos e próprios do sistema esportivo (SAVIANI, 1993).

O grande ponto prejudicial neste processo que vem ocorrendo ao longo do tempo, consta no evento não vir acompanhado de uma reação crítica dos docentes, muito ao contrário, o alto rendimento foi saudado como elemento de valorização da profissão na escola, passando a se tornar um sinônimo da Educação Física na escola. A reação se dá tardiamente, somente na década de 1980 (SILVA, 1996).

Desde então, sob a influência das teorias críticas da Pedagogia e da Sociologia do esporte, se faz referência ao mau uso do esporte, principalmente o de alto rendimento, no sentido de seu papel educativo no ambiente escolar, sendo nomeado como uma série de mal-entendidos e equívocos no processo educacional. E infelizmente esses equívocos ainda perduram tanto no senso comum, quanto no meio acadêmico.

O primeiro equívoco a ser desfeito, explicitado por Lucena (1999), é a ideia de que quem critica o esporte é contra a atividade. Criou-se uma visão maniqueísta: ou é a favor ou contra, instituindo uma divisão da Educação Física Escolar em dois grupos.

Esta visão equivocada trabalha com o pressuposto de que o esporte é algo a-histórico. Ora, este é uma construção histórico-social humana em constante transformação e fruto de múltiplas determinações. Assim, julgamentos só podem ser endereçados a como o mesmo se apresenta historicamente. E no caso da Pedagogia e Sociologia crítica à Educação Física com vistas a sua superação, buscam colaborar para que o esporte assuma outras características diferentes das educacionais, já que são mais adequadas a outra concepção de Homem e sociedade.

A negação do esporte não ocupa o sentido de aboli-lo ou fazê-lo desaparecer dos conteúdos das aulas de Educação Física Escolar. Ao contrário, se é pretendido modificá-lo, é preciso exatamente o oposto, que é tratá-lo pedagogicamente. É claro que, quando se adota uma perspectiva crítica, o termo tratá-lo será diferente do adotado pelo pedagógico proporcionado a partir de uma perspectiva conservadora de educação relatada por Bratch (2002).

O segundo mal-entendido, citado por Rodrigues (2000), é o entendimento de que conceber criticamente o esporte nas aulas de Educação Física Escolar é ser contra a técnica esportiva. Neste caminho, os que não são críticos, são tecnicistas. Por outro lado, aqueles que dizem tratar criticamente o esporte nas aulas negam a técnica, pois são contra o ensino das técnicas esportivas.

Quando um determinado bem é valorizado socialmente, busca-se aperfeiçoar os procedimentos para a sua efetivação, ou seja, investe-se no desenvolvimento de técnicas com este objetivo. O que é fundamental a perceber é que a técnica é sempre meio para atingir fins. O predicado humano consiste em

estabelecer os objetivos, portanto, a técnica deve ser sempre subordinada às finalidades humanas na escola. Se as finalidades ou os sentidos da prática esportiva variam, é consequente que alterem também as técnicas, bem como seu valor relativo.

No caso da lógica do sistema esportivo, o rendimento almejado é o máximo, não o possível ou o ótimo considerando as possibilidades individuais e dos grupos. Desta forma, os meios (técnicas) alcançam grande centralidade neste sistema. Há um enorme investimento no desenvolvimento técnico, que permitirá o máximo de rendimento e consequente sobrepujar do adversário. Esta lógica aparece já no processo de iniciação esportiva e algumas vezes inconscientemente (BRACHT, 2002).

No esporte de rendimento, as ações são julgadas por seu resultado final. A performance esportiva é mensurada em função do código binário da vitória-derrota. Os meios empregados no treinamento, o próprio treinamento, tudo é medido pelo resultado final. A própria prática, o processo, a fruição do jogo não assume importância significativa para o sistema (SAVIANI, 1993).

O que se criticou e se critica então, é a subordinação inconsciente não à técnica enquanto tal, mas a finalidade a qual determinada técnica está a serviço.

Outro equívoco, para Freire (2001) é o de que a ponderação da Pedagogia crítica da Educação Física Escolar era destinada ao rendimento enquanto tal, e que a este contrapunha em posição diametralmente oposta, o lúdico. Do lado do rendimento estariam todos os defeitos: mecanização do Homem, orientação pela razão instrumental, sacrifício, dor e manipulação. Do lado do lúdico todas as virtudes: prazer, espontaneidade, liberdade e verdadeira humanização. Há nesta posição uma idealização do lúdico, como espaço e dimensão do humano a serem preservados da razão científica e seus produtos.

Ainda conforme o autor, no esporte de rendimento, haveria um tipo de racionalização do lúdico, o que não é possível, já que o mesmo não existe como algo que pode ser moldado mecanicamente, pois é formado e representado por uma série de práticas humanas e culturais.

A crítica acima é direcionada na verdade, ao fato de que na nossa sociedade, todas as ações humanas tendem a ser guiadas pela razão técnica-instrumental. A análise é a hegemonia da razão técnico-instrumental, que numa determinada perspectiva marxista, significa a coisificação de todas as relações sócio humanas.

Para Bracht (2002), a contraposição a esta tendência não deveria se fazer pela afirmação do seu contrário, o primado da sensibilidade, do acaso, do lúdico, por uma volta à uma unidade primordial e sim, pela mediação, pelo reconhecimento da ambiguidade de nosso ser no mundo, pela superação qualitativa da razão instrumental e não pelo retorno ao sensível original.

Por fim, um último equívoco encontrado na literatura, e dessa vez, explicitado por Moreira (2003), é a ideia de que tratar criticamente do esporte de rendimento na escola é abandonar o movimento em favor da reflexão. Um discurso pobre e equivocadamente era o dos críticos do esporte de rendimento enquanto conteúdo de ensino da Educação Física Escolar objetivarem substituir o ensino das destrezas esportivas pelo discurso sociológico ou filosófico sobre o esporte, transformando as aulas de Educação Física Escolar em cursos de Sociologia e Filosofia do esporte, e de preferência, em uma exposição teórica.

Não se trata de substituir o movimento pela reflexão, mas de fazer esta acompanhar aquela. Para isso, sequer é preciso ir para a sala de aula ministrar conteúdos teóricos. No entanto, é necessário ao mesmo tempo, não reduzir a mudança apenas ao ato de acrescentar reflexão à prática, e sim entender que a própria prática, a forma do movimentar-se esportivamente, precisa ser reconstruída.

Iniciação desportiva na escola

Com o objetivo de estabelecer os limites do assunto no presente trabalho, será abordada a temática da iniciação desportiva em relação aos esportes coletivos. Coletivos, pois existe certa dificuldade estrutural existente nas escolas para o desenvolvimento de desportos individuais. Além/por isso, a atividade coletiva é a mais observada nas aulas de Educação Física Escolar.

Ao escrever sobre a iniciação desportiva, o presente texto faz lembrar que a preocupação sobre esse assunto não é recente, pois na década de 1970 encontram-se bibliografias de autores estrangeiros sobre o assunto, e na década de 1980, essa inquietação passou também a ter eco entre autores nacionais.

Apesar das reflexões que indicavam a necessidade de se atentar sobre diversos aspectos relativos ao crescimento, maturação e desenvolvimento da criança atrelados à iniciação desportiva, a temática parece não ter sido resolvida a contento na atualidade, sendo motivo de novas preocupações.

Uma delas surge sob o aspecto de supervalorização que o esporte competitivo vem adquirindo na sociedade moderna devido à noção de sucesso que representa, não só a nível desportivo, como também, financeiro, social e político, acarretando como uma das consequências mais marcantes, a iniciação precoce ao treinamento infantil (ALMEIDA, 1996).

Ainda segundo o autor, a iniciação desportiva ocorre normalmente numa faixa etária entre 7/8 e 13/14 anos de idade, período esse, que corresponde ao da jornada escolar do Ensino Fundamental, cuja principal característica, está marcada pelas diferentes necessidades e interesses que as crianças apresentam à medida que avançam cronologicamente.

Ao centrar o estudo no espaço escolar, torna-se necessário reforçar mais uma vez a função da Educação Física Escolar e do desporto no âmbito escolar para que se alcance um posicionamento mais conciso sobre o assunto.

Segundo Hernandez (1993), a Educação Física é tomada constantemente como sinônimo de esporte e, seus protagonistas, os professores, alunos, técnicos e atletas, tendem a ser incluídos nessa confusão, sendo o docente instado a assumir a posição de técnico esportivo.

Tentando desfazer esta desordem intelectual e esclarecer alguns papéis é possível pensar que: o professor de Educação Física Escolar é aquele que se preocupa com a qualidade de vida dos alunos, com destaque para o aspecto educacional/formativo, utilizando-se para isso, atividades regulares, equilibradas, adequadas, cuja intencionalidade visa bem estar, a saúde e o equilíbrio mental e social das crianças no meio em que se vive; e mais, segundo Ghiraldelli (1989), o professor deve exercer a função de socializador da cultura erudita, de forma que sua aula venha a transformar-se num ambiente de

riqueza cultural onde se estabeleça um trampolim para a crítica; quanto ao técnico esportivo, considera-se esse profissional como o responsável pela qualidade desportiva dos atletas, que deve ser trabalhada fora do horário educacional, onde autores como Betti (1992) e Oliveira (1997), consideram como pressupostos básicos para a intencionalidade da atividade motora, representada pela competição, pelo treinamento exaustivo, o desempenho, a motivação e a inflexibilidade de regras.

Reforçando a idade ideal para iniciação ao desporto, Piaget (1980), define que a partir de 7/8 anos pode-se iniciar o jogo com regras, portanto, um preparo para a iniciação desportiva. Mas, indica também, que as bases nas quais se assenta os esportes coletivos, que são a cooperação, colaboração e o respeito às regras, só aparecerão por volta dos 10 anos de idade, quando esses princípios de desportividade e solidariedade, passam a ter significados na vida da criança. Portanto, se internalizarmos esta fala do autor, é possível que se inicie o treino desportivo nas diversas idades, no entanto, as atividades serão adaptadas para o nível maturacional dos alunos.

O autor propõe ao professor que quer conduzir com segurança a aprendizagem de seus alunos, que o conhecimento não pode ser simplesmente desenhado. Necessita ser descoberto e reconstruído com tempo suficiente para que a informação possa ser assimilada, permitindo então que os processos mentais acomodem e fiquem disponíveis para serem utilizados posteriormente.

Ao iniciar a aprendizagem desportiva na faixa etária dos 7/8 anos, faz-se relevante observar diante do discente suas particularidades e especificidades, para posteriormente aos 12/13 anos, iniciar o treinamento desportivo. Com este e outros cuidados, o docente estará contribuindo para o desenvolvimento geral do aluno e também dos esportes coletivos, que ocupam um lugar de destaque no cenário brasileiro, em particular, no âmbito desportivo escolar (OLIVEIRA, 1997).

Nessa fase inicial destacada, as aulas de Educação Física Escolar devem assumir a característica de um grande espaço interativo, com ações e brincadeiras que permitam liberdade para criar, inventar, errar e reaprender. O professor não deve esquecer a função de educador e orientador. Deve distinguir-se do recreador/animador, pois sua função é a ação pedagógica, assumindo, portanto, responsabilidades pedagógicas pelo presente e pelo futuro das crianças que lhe são confiadas (BENTO, 1989).

Do ponto de vista psicossocial, Piaget (1980), conforme já explicitado, indica que nessa idade a criança já se encontra apta para a aprendizagem inicial dos desportos, pois participa de atividades que utilizam regras, porém, ainda não está apta para o jogo coletivo de competição. Isso significa dizer, que na idade de 7/8 anos, o esporte coletivo exerce fascínio muito mais pelo prazer da atividade e da coletividade, do que pelo próprio jogo. Isso se deve ao fato de estarem ainda muito voltadas para si próprias, egocêntricas. Com isso, o professor deve ficar atento às atividades que envolvem a formação de grupos, pois são essenciais para atingir a plenitude educacional possível no momento.

Em complemento, para Weineck (1981), as atividades esportivas coletivas têm na bola seu objeto de realização. Na idade estipulada para introduzir as crianças na aprendizagem desportiva (7/8 anos), a bola, torna-se também, objeto de prazer e sua posse passa a ser um fator de (des) motivação e (des) interesse, para os quais o professor deve estar sempre atento.

Na faixa etária de 10 e 11 anos, de acordo com Weineck (1981), surge a necessidade do aperfeiçoamento desportivo. No decorrer desse processo, a criança já experimenta e participa plenamente de ações baseadas na cooperação e colaboração. Ocorre também a valorização do fator moral, reforçando a ideia de que as regras sociais, como nas atividades, devem ser seguidas à risca.

Segundo Almeida (1996), torna-se importante a ação do educador informando aos alunos o significado das condições individuais como pressuposto e fator co-determinante de rendimento desportivo procurando estabelecer os limites das ações, visando preservar aqueles que ainda não alcançaram a maturidade motora para o trabalho proposto, de forma que possam atuar na aula sem pressões.

A trama desportiva é um evento tão complexo, que o jogo pode assumir aspectos sócio desportivos, onde seus participantes interagem cada qual desempenhando um papel definido a ser cumprido, sejam eles adversários ou companheiros, e as regras são os parâmetros pelas quais as ações são realizadas e julgadas. Os adversários, caso mantenham sua atuação dentro das regras são tolerados. Mas, no caso dos companheiros, outros valores são incluídos nesse julgamento, como por exemplo: se o companheiro está se dedicando ao jogo e produzindo positivamente para a equipe, ele é apreciado; em caso contrário, recebe forte cobrança, podendo ser alvo de sentimentos, rejeição e segregação (WEINECK, 1981).

Outro fator evidenciado por Almeida (1996), que se apresenta frequentemente aos 10/11 anos, e nem sempre é levado em conta, é a deficiência motora sob a forma de coordenação, quer para acionar grandes grupos musculares para executar um recebimento de bola ou para um lançamento coordenado da bola com corrida.

Assim, as atividades físicas desportivas a serem oferecidas nessa faixa etária devem ter o intuito de ampliação do repertório de movimentos fundamentais básicos de diversos esportes coletivos através dos educativos e dos contestes, e instrumentalizar as crianças com os elementos psicossociais que permitam a socialização e as ações cooperativas em grupo através de jogos e brincadeiras.

Na faixa etária de 12 e 13 anos, de acordo com Weineck (1981), deve ocorrer de fato a introdução ao treinamento desportivo. Nesta etapa, a criança alcança significativo desenvolvimento da sua capacidade intelectual e física, como o de pensamentos semelhantes aos adultos. Em outras palavras, o professor pode esperar dos seus alunos percepções similares as suas. O diálogo entre ambos torna-se mais maduro e consciente. Porém, essa fase é caracterizada também, pela crítica e pelo questionamento da autoridade, que pode levar ao distanciamento dos pais, professores e treinadores.

Pela postura crítica e questionadora que o jovem ostenta, o grupo alardeia a medida de todos os acontecimentos, grande responsabilidade no seu próprio desenvolvimento sociocultural, a ponto de Weineck (1981), afirmar que com início da puberdade, apesar do interesse pelo esporte diminuir consideravelmente, o mesmo se mantém atraente pela oportunidade de estabelecer contato social com jovens da mesma idade. E isso deve ser trabalhado pelo educador.

Outro fator concernente ao exercício físico nessa fase, diz respeito ao aumento de peso e altura, que apesar de provocar desajustes que vão incidir sobre a capacidade coordenativa, representa também,

uma etapa de melhora nas capacidades físicas, pois o aumento da intelectualidade permite a compreensão de novos formatos motores (VEREZA, 2004).

Nesta idade o jovem apresenta forte necessidade de afirmação em todas as áreas em que atua. No esporte, essa tendência pode ser representada pela identificação com uma determinada modalidade ou na busca de uma especialização desportiva (PINTO, 2005). Por isso, as atividades a serem oferecidas devem visar o aperfeiçoamento das qualidades físicas, técnicas individuais e táticas individuais e coletivas dos diversos desportos através da preparação física e de práticas desportivas.

Em resumo, a iniciação desportiva e o treinamento são tarefas consideradas conflitantes para o âmbito da Educação Física Escolar por tratarem em seu bojo da competição esportiva. Essa questão refere-se à especialização precoce no treinamento infantil cuja realização é feita através da proposição de atividades desportivas competitivas que, via de regras, são precedidas de rigorosos mecanismos de comportamento inadequado ao desenvolvimento infantil e, da adoção de treinamentos físicos e desportivos sistematizados e metódicos, visando a melhor performance esportiva, provocando planejamentos inadequados, quer por excesso de carga e repetições ou por exigências impostas como deveres e obrigações, onde os princípios que regem o desenvolvimento físico, intelectual e psíquico ficam relegados a segundo plano.

Entende-se que, devido às ações complexas a que são submetidas às crianças, pela premência física, técnica e tática exigida pela competição, são eliminadas e dificultadas atividades voltadas para a criação e a experimentação, tão necessárias para a aprendizagem e assimilação dos conhecimentos, além da plena sensação de satisfação individual, sem a qual advém o desestímulo, que pode provocar o afastamento do aluno das atividades desportivas. Uma alternativa para o tratamento da iniciação desportiva no âmbito escolar aponta para o Treinamento Desportivo Escolar em um horário diferente das aulas regulares da disciplina, aí sim, privilegiando os alunos considerados habilidosos e dispostos a participar desse processo esportivo dentro da escola com um enfoque e objetivo completamente diferentes das aulas regulares da disciplina.

A importância da Educação Física Escolar Plural e a diversificação dos conteúdos.

Neste tópico, será abordada a necessidade da chamada Educação Física Escolar Plural em discutir a diversidade de conteúdos por meio de referencial que considera a Educação Física como parte da cultura humana, ou seja, se constitui numa área de conhecimento que estuda e atua sobre um conjunto de práticas ligadas ao corpo e ao movimento criadas pelo Homem ao longo de sua história, que são: os jogos, as ginásticas, as lutas, as danças e os esportes (BRASIL, 1997).

É nesse sentido que atualmente se tem discorrido sobre a cultura corporal, ou cultura física, ou ainda, cultura de movimento. Aceitando o fato que a Educação Física trata da cultura de movimento, pode-se concluir que sua atuação escolar deve dar conta da sistematização desse conhecimento ao longo de todo o processo de ensino. Assim, as aulas precisam partir do conhecimento corporal popular, almejando a internalização de um conhecimento organizado, crítico e autônomo a respeito da chamada

cultura humana de movimento. Entende-se que a Educação Física Escolar é uma prática cultural com tradição respaldada em certos valores. Se ergue historicamente em certo cenário, enredo e público, que por sua vez, demanda de expectativas específicas (DAOLIO, 1993).

Não somente, mas são estes pensamentos e seus consequentes objetivos que fazem com que a Educação Física Escolar seja relevante. Sendo uma prática tradicional, possui certas características, muitas vezes, inconscientes para seus atores.

Para Garganta (1999), a consideração da tradição cultural da Educação Física Escolar é alcançada na diversidade. Quando reconhecemos os valores que oferecem suporte e sentido à sua prática, cria-se com as atividades parte do imaginário social do aluno e professor. Talvez o principal aspecto dessa tradição e diversidade seja a desconstrução do Homem apenas como uma entidade de natureza biológica, com corpo constituído por um conjunto de músculos, ossos e articulações, passíveis de um treinamento e melhor rendimento. Pois como relata Perfeito (2011a) os indivíduos são sustentados no mundo por seus constituintes biológicos e também simbólicos. Estes últimos é que criam a percepção de Eu e de vida, tão importantes na interação e vivência com o outro.

No caso da Educação Física Escolar, essa influência biológica suprema mostrou-se determinante, talvez pela sua atuação sobre e por meio do corpo. O fato é que, por considerar em alguns casos o corpo somente como entidade biológica, a Educação Física Escolar atua homogeneamente tendendo à universalização de seus procedimentos metodológicos. O pressuposto é o de que o corpo, sendo um conjunto biológico, responderá sempre da mesma forma, pois os aspectos biológicos não possuem grandes diferenças entre os indivíduos. Este pode ser um fator, mesmo que subentendido, que pode explicar a padronização das aulas de Educação Física Escolar (GARGANTA, 1999).

Para Verenguer (2000), esse processo quase sempre inconsciente por parte do professor, parece habitar o imaginário social da Educação Física Escolar e faz compreender a dificuldade relatada pelos profissionais em trabalhar com turmas heterogêneas em termos de habilidades motoras. Faz compreender também, porque o professor de Educação Física é valorizado na medida em que sua equipe vença campeonatos ou pelo número de talentos desportivos que descobriu e encaminhou aos clubes.

As diferenças entre os alunos, físicas ou não, neste escopo, ou não serão percebidas pelo educador ou serão justificadas como fruto da natureza. Assim, alguns discentes serão considerados como biologicamente bem-dotados, e outros, como menos dotados. Nesse processo, a tarefa do docente não será a de propiciar a todos as mesmas oportunidades de acesso a cultura de movimento, mas a de descobrir quais são os indivíduos mais ou menos maturados a fim de que tenham oportunidades específicas de acordo com sua idade biológica e cognitiva (GARGANTA, 1999).

Verenguer (2000) expõem que a tradição cultural de valorizar o rendimento e declinar a diversidade de estímulos, tem se mostrado perversa para um grande contingente de alunos que estão sendo alijados ou subjugados das aulas de Educação Física Escolar em nome de uma excelência motora que só alguns são capazes de alcançar naquele dado momento.

Por este fato, é comum ouvir adultos discorrendo suas experiências na Educação Física Escolar com tristeza ou raiva, uma vez que ficaram à margem das aulas, e hoje, não possuem autonomia para usufruir da cultura corporal.

É necessário que ocorra a interferência imediata nesse ciclo vicioso em que se concebeu a Educação Física Escolar em dois modos constituintes extremos: por um lado uma tradição que nos faz na biológica universalizante e por outro lado, que apenas o cognitivo se faz importante. Em suma, o professor deve conhecer as necessidades do ambiente como um todo para saber balancear todas as perspectivas possíveis, já que estamos falando de diversidade.

Nesse sentido, faz-se importante a Educação Física Plural, cuja condição mínima e primeira é a de que as aulas apreendam todos os alunos, sem discriminação ou estigmatização (PERFEITO, 2011a) de grupos específicos, como o dos menos hábeis, das meninas, dos obesos, dos baixos ou altos e dos mais lentos. Esta Educação Física Plural parte do pressuposto que os alunos são diferentes, recusando o binômio igualdade/desigualdade para compará-los. No entanto, o autor alerta que para alcançar todos os atores presentes, alguns padrões de aula terão que ser reavaliados (PELLEGRINOTTI, 2003).

Buscando verificar se existe essa pluralidade nas intervenções práticas, Araújo, Rocha e Bossle (2017) realizaram uma revisão de literatura contendo 28 artigos publicados até 2015 com conteúdos dos últimos anos do Ensino Fundamental e em grande maioria do Ensino Médio. Como conclusão perceberam que na maioria dos estudos existe a presença de justificativas para se manter o esporte, mas também, a proposta de inserir novas culturas por meio de novos conteúdos. Isto só demonstra o como as ideologias e teorias estão afastadas da prática real e trabalhista do docente escolar.

As sugestões para a tal prática docente na escola consistem na ideia de que nas séries iniciais do Ensino Fundamental, esse conhecimento a respeito da cultura corporal seja desenvolvido prioritariamente de forma vivencial. Nesse momento, as aulas de Educação Física devem propiciar uma ampla gama de oportunidades motoras, a fim de que o aluno explore sua capacidade de movimentação, descubra novas expressões corporais, domine seu corpo em várias situações, experimente ações motoras com novos implementos e com ritmos alternados. O professor deve levar os alunos, quando estão se movimentando, a compreender os significados e as formas de execução. Esse pensamento, apenas como meio de curiosidade, refere-se ao que os desenvolvimentistas denominam de Educação do Movimento (TANI, 1998).

Nas séries intermediárias do Ensino Fundamental, acredita-se que o trabalho deva enfatizar o desenvolvimento e a reconstrução das técnicas esportivas, ginásticas ou de danças, considerando-se diversos níveis de dificuldade e relação com o ambiente e com o outro (GARGANTA, 1998).

Nas séries finais do Ensino Fundamental e ao longo do Ensino Médio, pela maior capacidade cognitiva dos educandos, a aula deve permitir aos mesmos pensar de forma abstrata e mais profunda, ampliando os objetivos educacionais. Ao contrário das séries anteriores, em que os alunos raciocinam vinculados a uma experiência real, os adolescentes podem trabalhar com a cultura corporal não só no sentido de vivenciá-la, mas também, compreendendo-a, criticando-a e transformando-a. Assim, pode-se pensar numa Educação Física Escolar que, além da vivência de movimentos esportivos, ginásticos ou de

dança, assegure também um conhecimento diversificado/plural a respeito dessas expressões corporais (VERENGUER, 2000).

Assim, propõe-se para o desenvolvimento dos conteúdos na Educação Física Escolar, o trabalho com temas diversos que poderão ser elaborados pelo professor e aluno na experimentação teórica e prática. A escolha dos temas vai depender do grupo, da cidade e da própria comunidade, que elege suas atividades mais significativas, sendo as mais relevantes para o grupo em questão e não para um padrão já instituído e sistematizado na homogeneidade pela escola ou Estado.

Considerações finais

Em informações expostas ao longo do trabalho, constatou-se que ainda é possível encontrar a ideia de que o esporte é o conteúdo hegemônico em grande parte das aulas de Educação Física Escolar. E que esta primazia compromete os fins educacionais e os objetivos da própria Educação Física, visto que o esporte de rendimento enquanto fenômeno social, agrega os seus códigos, como o desempenho, comparação de resultados, superação de limites e adversários, entre outros, no processo de formação dos indivíduos que em nada ou em pouco tem a ver com a busca de uma educação e desenvolvimento pleno de um aluno enquanto cidadão dotado de senso crítico e questionador.

O esporte é um elemento importante na vida do indivíduo, mas quando pensamos em escola ou especificamente em nosso tema, a Educação Física Escolar possui alguns objetivos que só são possíveis com a diversidade de conteúdos, como: induzir o educando a descobrir motivos e sentidos nas práticas corporais, favorecer o desenvolvimento de atitudes positivas, para que com elas o educando alcance a aprendizagem de comportamentos adequados à sua prática, proporcionar ao seu público conhecimento, compreensão e análise de seu intelecto, atribuir conhecimento quanto aos dados científicos e filosóficos relacionados à cultura corporal de movimento, fazer com que o aluno seja apto a auto-dirigir sua vontade e sua emoção para a prática e apreciação do corpo em movimento.

Diante dos PCNs - em particular o Brasil (1997) -, quando analisados criticamente quanto à sua qualidade e contextualização da abordagem propositiva que representam, fica claro que subsidiaram avanços para a Educação Física Escolar no Brasil, entretanto, o documento não pode ser utilizado como currículo mínimo e obrigatório a ser seguido, e sim, como um auxílio importante para a discussão e definição das propostas pedagógicas elaboradas pelas escolas no exercício da autonomia.

Ao abordarmos o tema esporte como conteúdo hegemônico da Educação Física Escolar, confirmou-se pela revisão de literatura que a escola assumiu o ensino do esporte praticamente como única estratégia de ensino. E esta é uma constatação fácil de ser percebida em quase toda instituição escolar, seja ela particular ou pública. O esporte não pode e nem deve ser o único conteúdo da Educação Física Escolar trabalhado nas exposições ao longo de um ano letivo.

Os códigos do esporte, tais como o rendimento atlético desportivo, a competição, a comparação de rendimentos, o sucesso esportivo e a racionalização de meios e técnicas, são utilizados pela Educação Física Escolar, condicionando-se mutuamente, acabando a escola por desempenhar o papel

de fornecer a base de uma pirâmide para o esporte de rendimento. O professor torna-se o professor-treinador, e o aluno, o aluno-atleta, e conseqüentemente, a cultura corporal de movimentos em ambiente escolar acaba por ser identificada erroneamente pelo binômio Educação Física-Esportes.

É possível relatar que o fato da Educação Física ser identificada e aplicar esse binômio fazem implicar consideravelmente no desinteresse de alguns alunos nas aulas da disciplina, principalmente dos que carregam consigo marcas negativas advindas de suas experiências passadas com atividades para o rendimento. Cabe ao professor o desafio de reverter esse cenário de evasão das aulas com uma boa abordagem dos conteúdos, aulas cativantes e adequadas para a faixa etária, alcançando as necessidades específicas de cada ano escolar, além de buscar suporte pedagógico por parte das instituições educacionais, do governo e da União.

Após diversas leituras exaustivas sobre o tema em paralelo com a experiência tida em observações e aplicações de aulas, é possível concluir que um dos propósitos da Educação Física Escolar é o de proporcionar conhecimentos sobre a cultura corporal dos movimentos, que implicam compreensão, reflexão e análise crítica, características da formação de cidadãos. A aquisição de tal corpo de conhecimentos deverá ocorrer em relação às vivências inerentes a cada indivíduo, com objetivos vinculados ao lazer, saúde, bem-estar e expressão de sentimentos. Este objetivo precisa ser garantido a todos os alunos, pois permitirá uma plena autonomia no usufruto das formas culturais de movimento. Isto só é possível com a diversidade e pluralidade dos conteúdos.

De maneira alguma queremos culpabilizar o professor, mas de certo modo, compete também ao mesmo tomar a decisão de mudar sua conduta e a profissão como um todo. Somos nós os atores reais, que efetivamente dentro da escola, na quadra ou na sala de aula, permitiremos tais mudanças. Acreditamos que nossas condutas, quando bem fundamentadas e em coerência com um escopo educacional, proporcionarão um crescimento contínuo da Educação Física enquanto disciplina curricular e, conseqüentemente, o auxílio na formação do cidadão.

Referências

ADORNO, T. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ALMEIDA, F. **A face oculta da escola**. Porto Alegre: Artes Médicas Editora, 1996.

ANDRADE, G; PERFEITO, R. Interferências Educacionais na relação professor/aluno advindas das novas tecnologias da informação. In: COIED. **Ebook COIED**. Universidade Católica Portuguesa, 2012.

ARAÚJO, S; ROCHA, L; BOSSLE, F. Os conteúdos de ensino da Educação Física escolar: um estudo de revisão nos periódicos nacionais da área 21. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 29, n. 51, p. 205-221, jul. 2017.

BELBENOIT, G. **O desporto na escola**. Lisboa: Estampa, 1976.

BENTO, I. **A Educação Física no âmbito da política educacional no Brasil pós-64**. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.

- BETTI, M. Ensino de 1º e 2º graus: Educação Física para quê? **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Maringá, v. 13, n. 2, p. 282-287, jan. 1992.
- BETTI, M. Esporte na escola e esporte de rendimento. Porto Alegre: Magister, 2002. In: STIGGER, M; LOVISOLO, H. **Esporte de Rendimento e Esporte na Escola**. Editora Autores Associados, 2009.
- BETTI, M. **O que a semiótica inspira ao ensino da Educação Física**. São Paulo: Discorpo, 1998.
- BETTI, M. **O prazer em aulas de Educação Física Escolar: a perspectiva discente**. Campinas: Papyrus, 1999.
- BRACHT, V. **Esporte na escola e esporte de rendimento**. Porto Alegre: Magister, 2002.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (1ª a 4ª séries)**. Brasília: MEC/SEF, 10 volumes, 1997.
- CAPARROZ, F. **A Educação Física como componente curricular: entre a Educação Física na escola e a Educação Física da escola**. São Paulo: Loyola, 1996.
- CASTELLANI, L. **A Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. Campinas: Papyrus, 1988.
- DARIDO, S. **Educação Física na escola: questões e reflexões**. Araras: Topázio, 2002.
- DAOLIO, J. **Educação Física Escolar: uma abordagem cultural**. Campinas: Papyrus, 1993.
- FREIRE JÚNIOR, J; MALDONADO, D; SILVA, S. Estratégias para ensinar esporte nas aulas de Educação Física: um estudo na cidade de Aparecida/SP. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 29, n. 51, p. 28-46, jul. 2017
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- GARGANTA, J. **O ensino dos jogos desportivos**. Porto: Universidade do Porto, 1999.
- GHIRALDELLI, P. **A Educação Física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a Educação Física brasileira**. São Paulo: Loyola, 1989.
- GUEDES, J; DUARTE, C; FEITOSA, J. et al. Escola Profissionalizante e o método de ensino e aprendizagem na Educação Física. **Id on Line Rev. Psic.** v. 10, n. 33. Janeiro, 2017.
- HALABE, C; MIRANDA, E; SILVA, E. et al. Os professores de educação física e suas práticas pedagógicas: reflexões sobre os métodos de ensino e aprendizagem da modalidade handebol. **Form@re**. Teresina, v. 4, n. 1, p.90-95, jan. / jun. 2016.
- HERNANDEZ, L. **Da Educação Física**. 3 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1993.
- KANT, I. **Sobre a Pedagogia**. São Paulo: Cortez, 1974.
- KUNZ, E. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ijuí: Unijuí, 1999.
- LUCENA, R. Notas para uma compreensão sobre a relação entre esporte e educação física na escola. **Revista Movimento**. Porto Alegre, v. 10, n. 3, p.155-165, setembro/dezembro de 2004.
- LUCENA, R. Como lidar com um fenômeno tão poderoso como o esporte sem sucumbir a ele?, 1999. in: BRACHT, V. Esporte na escola e esporte de rendimento. **Revista Movimento**, Ano VI, n. 12, 2000.

- LUDKE, M. **Avaliação na escola de primeiro grau: uma análise sociológica**. Campinas: Papyrus, 1992.
- MOREIRA, L. **Análise de conteúdos**. Lisboa: Edições, 2003.
- OLIVEIRA, J. **Fatores que influenciam na aderência a Educação Física Escolar**. Rio Claro: UNESP, 1997.
- PELLEGRINOTTI, L. **Educação Física no Segundo Grau: novas perspectivas**. Campinas: UNICAMP, 2003.
- PERFEITO, R. **A Educação Física e o bullying: a desutilização da inteligência**. Rio de Janeiro: Livre expressão, 2011a.
- PERFEITO, R. Ambientes escolares e sociais moldados pelo Cyberbullying e suas consequências perante crianças e adolescentes. **Adolesc. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 59-63, Jan/Mar 2012.
- PERFEITO, R. O jogo como um relevante conteúdo de ensino na formação do sujeito e na prática escolar. **Revista EFDesportes**, Buenos Aires, Ano 15, n. 153, Fev de 2011b.
- PIAGET, J. **Aprendizagem e conhecimento**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- PINTO, D. **Esporte, Cultura e Ideologia**. Campinas: Papyrus, 2005.
- PORCHER, L. **Deporte, cultura y represión**. Barcelona: Gili, 1977.
- RODRIGUES, C. Parâmetros Curriculares Nacionais: reflexões e críticas. **Revista Paulista de Educação Física**, p. 16-22, 2000.
- RODRIGUES, C. Parâmetros Curriculares Nacionais: educação física e saúde. **Revista Motriz**, p. 27-32, 2001.
- SARMENTO, M; ALVES, J. Gestão escolar democrática e participativa na escola: entre desafios e possibilidades. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar**, Cajazeiras, v. 1, Ed. Especial, 286–296, set/dez. de 2016.
- SAVIANI, D. **A Pedagogia histórico-crítica no quadro das tendências críticas da história brasileira**. São Paulo: Ande, 1993.
- SILVA, E. **Educação e Sociedade**. São Paulo: Melhoramentos, 1996.
- TANI, G. **Educação Física Escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista**. São Paulo: EDUSP, 1998.
- VERENGUER, R. Educação Física Escolar: considerações sobre a formação profissional do professor e o conteúdo do componente do Segundo Grau. **Revista Paulista de Educação Física**, v. 9, n. 1, p. 69-74, 2000.
- VEREZA, A. **A metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2004.
- WEINECK, J. **Manual de Treinamento Esportivo**. São Paulo: Manole, 1981.